

## **JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE**

Professor Catedrático Aposentado (2019) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Áreas de ensino e investigação: Direito Constitucional (Direitos fundamentais), Direito Administrativo Geral, Direito Processual Administrativo

Obras principais (livros):

*O Dever da Fundamentação Expressa de Actos Administrativos*, dissertação de doutoramento, 1991 (com várias reimpressões)

*Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 6.<sup>a</sup> ed., 2019

*Lições de Direito Administrativo*, 6.<sup>a</sup> ed., 2020.

*A Justiça Administrativa (Lições)*, 19.<sup>a</sup> ed., 2021

JURISCONSULTO: autor de dezenas de pareceres jurídicos nas áreas de direito administrativo e de direito constitucional

### ÁRBITRO

Foi membro, designado pelo Instituto da Água, do Tribunal Arbitral para resolver o litígio, entre este Instituto e o consórcio construtor, relativo ao Adutor Beliche - ETA de Tavira (1996-2001).

Foi membro, designado pela APDL, do Tribunal Arbitral para resolver o litígio relativo à concessão da exploração do Cais de Gaia (2011-2012) [confirmado por Ac. TCAN de 23/05/2019 P. 00008/12.3BCPRT]

Foi membro, designado pela concessionária, do Tribunal Arbitral para resolver o litígio a APL e a Liscont sobre a modificação do contrato de exploração do terminal de contentores de Alcântara (2012) [decisão de *inconstitucionalidade*, confirmada pelo Ac. do Tribunal Constitucional n.º 202/2014]

Foi presidente do Tribunal Arbitral para resolver o litígio entre o Estado (ARSLVT) e a Sociedade Gestora do Hospital Amadora / Sintra (HASSG) relativo ao Contrato de Gestão 2004-2008 (2009- 2012)

Foi presidente do Tribunal Arbitral para resolver o litígio entre a SPRHI e a MOTA-ENGIL, relativo à empreitada de reabilitação da Via Vitorino Nemésio (Horta, Açores) – (2011-2013)

Foi presidente do Tribunal Arbitral para resolver o litígio entre a Brisal e o Estado, relativo à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato de Concessão da A-17 (2012-2015)

Foi presidente do Tribunal Arbitral para resolver o litígio entre a PT e o Estado, relativo

à indemnização por obrigações de serviço público (2013-2014)

Foi árbitro designado pela EP- Estradas de Portugal no Tribunal Arbitral para resolver o litígio entre esta e a AELO, SA, relativo à subconcessão Litoral oeste, terminado por acordo (2014- Jan 2020)

Foi árbitro designado pela EP- Estradas de Portugal no Tribunal Arbitral para resolver o litígio relativo à subconcessão Baixo Tejo, terminado por acordo (2014 – Jan 2020)

Foi Presidente do Tribunal Arbitral para resolver um litígio entre a CM de Lisboa e a Carris de Ferro de Lisboa, terminado por desistência da Demandante (2016).

Foi Presidente do Tribunal Arbitral para resolver um litígio entre a Transdev e a Metro do Porto (2016 - 2018).

Foi Presidente do Tribunal Arbitral para resolver um litígio entre o IMT e 5 empresas do Grupo ASCENDI (Dez 2019 - Fev. 2020)

Foi Presidente do Tribunal Arbitral para resolver um litígio entre Vibeiras /Luís Frazão e Município de Lisboa, terminado por acordo (Maio 2021- Out 2022)

Foi Presidente do Tribunal Arbitral para resolver um litígio entre Tratave e Águas do Norte (AdN) (Maio 2021- Ago 2023)

Foi Presidente do Tribunal Arbitral para resolver um litígio entre Alargâmbito e o Município da Maia (Julho - Dezembro de 2021)

Foi Presidente do Tribunal Arbitral para resolver um litígio entre o Hospital de Cascais e a ARSLVT (Abril 2022 – Jan 2023)

Foi Presidente do Tribunal Arbitral para resolver um litígio entre a Varzim Sol e o Estado (Maio 2022 – Out 2023)

É Presidente do Tribunal Arbitral para resolver um litígio entre a Euroscut, SA e o Governo Regional dos Açores (Maio de 2023 - ).